





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

SENADO FEDERAL  
22 MAI 2012  
DIRETORIA GERAL DE ADJUNTA  
PROTODERAD



Brasília, 21 de maio de 2012.

Ao SEPROT:

SENADO 014100/12-6



1014100126

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

**EMENTA:** Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Câmara Municipal de:

**REDENÇÃO - PA.**

Atenciosamente,

  
NOEMIA GOMES DOS SANTOS  
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

Ilmo. Senhor  
**JORGE BATISTA NUNES**  
Chefe do SEPROT  
Senado Federal

SEPROT/DERAD  
AUTUADO COM 02 FLS  
ASS. Santos  
Matrícula \_\_\_\_\_



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



## Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos  
ENVIE PELO CORREIO: Programa Interlegis II - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal  
Brasília/DF - CEP: 70-165-900  
Central de Atendimento: (61) 3311-2556

Tipo de Casa:  Qtd. Parlamentares:

Nome da Casa:

Endereço:

Cidade:  UF:  CEP:

Telefones:  FAX:

E-mail:

Homepage:

CNPJ:

### Identificação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar:

Nome Parlamentar:  Partido:

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início:  Fim:

Aniversário (dia/mês/ano):  Sexo:

Telefones:  FAX:



E-mail:

Homepage:

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

Redenção-PA, 17/05/2012  
Local e data

Assinatura do Presidente

SENADO FEDERAL  
AUTUADO COM  PLS  
ASS.   
Matrícula \_\_\_\_\_





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - PA  
NO PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO  
DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA -  
PML.

CONVÊNIO: PA Nº 247/ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA  
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - PA, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Av. Guarantã, - nº 450 – Setor Independência - REDENÇÃO - PA – CEP: 68.552.220, CNPJ: 04.846.515/0001-68 Representada por seu Presidente, Vereador **JOÃO LUCIMAR BORGES**, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.





## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.





**CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA**

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos





nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML - com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade - ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

**Parágrafo Único.** Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.





### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

### CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Senador CÍCERO LUCENA  
Diretor Nacional do  
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador JOÃO LUCIMAR BORGES  
Presidente da Câmara Municipal de  
REDENÇÃO - PA

HAROLDO FEITOSA TAJRA  
Diretor da Secretaria Especial do  
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA  
Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA  
(carimbo)

**Marielza Alcântara**  
Sec. Geral

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Applicativos





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



SECRETARIA ESPECIAL DO INTERLEGIS  
SINTER



## ANEXO I Plano de Trabalho Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA

### 1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal - SINTER.

### 2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de "moderno" ou "padrão" para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I - Infra-estrutura implantada, nível II - E-legislativo implantado, nível III - E - legislativo integrado e nível IV - Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

### 3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade - Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.





#### 4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA assumem os seguintes compromissos:

##### 4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

##### 4.2 Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

### 5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de REDENÇÃO - PA poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

### 6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

### 7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER







## ANEXO II

# RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - PA

### ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

#### 1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

#### 2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 20 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **JOÃO LUCIMAR BORGES**  
Presidente da Câmara Municipal de REDENÇÃO - PA.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

**Haroldo Feitosa Tajra**  
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER





Fica essa empresa, por meio de sua representação legal, ciente de que o reconhecimento do débito seravice incide e processa, caso seja reconhecido pelo Tribunal a partir do esquivado, quando do exame das alegações de defesa apresentadas, desde que não tenha sido observada a sua irregularidade nas contas, conforme o art. 17, § 2º, da Lei 8.443/1992.

Fica ciente, ainda, de que a rejeição das alegações de defesa pelo Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

Ficando que, caso haja condenação pela irregularidade das contas, o débito analisado reconstituído será acrescido de juros de mora, desde a data de ocorrência até a data do reconhecimento, nos termos do § 1º do art. 202 da RCTCU, abstenha-se, na oportunidade, de qualquer eventualidade reconhecida.

Informo que as partes responsáveis e interessadas podem atuar diretamente em sua defesa perante o Tribunal, sem a necessidade de constituir procurador, conforme disposto no art. 145 do RCTCU. No entanto, caso haja procurador legitimamente constituído nos autos, as comunicações processuais seguintes serão dirigidas a esse representante, nos termos dos arts. 145, § 4º, e 179, § 7º, do mesmo normativo. Informações adicionais poderão ser obtidas, na sede da Secretaria de Controle Externo no Aracaju, situada à Rod. Jacadino Caldeirão, km 2, nº 2391 - Universidade - Maceió/AL - Cep: 56900-419 - Telefone: (82) 2101-6300 - e-mail: sccc@tcepf.org.br

APARECIDO MARTINS, Secretário

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM MINAS GERAIS

EDITAL 1086, DE 18 DE JUNHO DE 2012

TC 008.755/2012-7

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em CÍTADA, a Sra. JADINA DIAS SANTOS, CPF: 542.658.196-72 para, no prazo de quinze dias, contados da data da publicação deste, apresentar alegações de defesa para receber em nome de Círculo Eleitoral Federal, as quantias abaixo indicadas, atualizadas, reconstituídas e com os respectivos juros até o efetivo reconhecimento, abstenha-se, na oportunidade, de qualquer eventualidade reconhecida, na forma da legislação em vigor. Ato impugnado: supras reconhecidas nos autos da causa de autuação JADINA DIAS SANTOS em nome de Círculo Eleitoral Federal em CÍTADA, em Município de CÍTADA, inscritas no Registro Eleitoral de CÍTADA. Dispositivos violados: arts. 315 e 4º do R/N CD 011. A incorreção é atenuada por cada de Ação de Faltas (MOT/0607) desta ser precedida de intimação formal do titular de de sua representação legal.

Quantificação do débito:

Table with 2 columns: Valor Histórico, Data de ocorrência. Rows: R\$ 6.950,26 (12/01/2012), R\$ 41.004,67 (12/01/2012), R\$ 1.553,51 (12/01/2012)

Valor total atualizado reconstituído até 18/06/2012: R\$ 22.811,63. Ficando que, caso haja condenação pela irregularidade das contas, os débitos reconstituídos serão acrescidos de juros de mora, desde a data de ocorrência até a data do reconhecimento, nos termos do § 1º do art. 202 do RCTCU, abstenha-se, na oportunidade, de qualquer eventualidade reconhecida. Os débitos atualizados reconstituídos, com juros de mora, correspondem a R\$ 22.811,63, até 18/06/2012. Em conformidade com o art. 58 da Lei 8.443/92, c/c o art. 208 do Regimento Interno deste Tribunal, atenta-se que a rejeição das alegações de defesa pelo Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa. O não atendimento desta citação no prazo em foco, implicará que a responsável seja considerada réu pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/92. Fica a responsável ciente de que o reconhecimento do débito seravice poderá evitar a constituição da irregularidade das contas, caso seja reconhecido pelo Tribunal a partir do esquivado, quando do exame das alegações de defesa apresentadas, desde que não tenha sido observada a sua irregularidade nas contas, conforme o art. 17, § 2º, da Lei 8.443/92. Fica ciente, ainda, de que a rejeição das alegações de defesa pelo Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92. Informo-se que as partes responsáveis e interessadas podem atuar diretamente em sua defesa perante o Tribunal, sem a necessidade de constituir procurador, conforme disposto no art. 145 do RCTCU. No entanto, caso haja procurador legitimamente constituído nos autos, as comunicações processuais seguintes serão dirigidas a esse representante, nos termos dos arts. 145, § 4º, e 179, § 7º, do mesmo normativo.

JOSE REINALDO DA MOTA, Secretário

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL Nº 695, DE 18 DE JUNHO DE 2012

TC - 032.790/2010-5

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, da COMARCADA A EMPRESAS RIO POTENGI CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 04.837.345/0001-22, de que este Tribunal de Contas de União, por meio de Acórdão nº 389/2012, Sessão do Plenário de 25/04/2012, ao apreciar os "Pedidos de Ressarcimento" imputados no

âmbito do presente processo de Representação, cabendo de referida para recursos para, no prazo aqui fixado, manifestar-se, por intermédio, os autos termos de Acórdão nº 1618/2011-TCU-Plenário, o qual, em seu item 9.3 DECLARATÓRIA, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92, a irregularidade dessa empresa para participar de licitação com a Administração Pública Federal, por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data do acórdão do decurso, qual seja, 15/06/2011.

CLEBER DA SILVA MENEZES, Secretário Substituto

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM RORAIMA

EDITAL Nº 486, DE 18 DE JUNHO DE 2012

TC 001.247/2010-5

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em NOTIFICADO o Senhor WALDIR MENEZES DE OLIVEIRA, CPF 199.756.752-15 para, no prazo de quinze dias, contados da data da publicação deste (considerar Acórdão 200/2012, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em 29/08/2011), reafirmado pelo Acórdão 1906/2012-TCU-2ª Câmara, receber em nome do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 1900-5 a quantia abaixo discriminada, atualizada, reconstituída, e acrescida de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, e a data do efetivo reconhecimento, abstenha-se, na oportunidade, de qualquer eventualidade reconhecida, na forma da legislação em vigor.

Table with 2 columns: Valor Histórico, Data de ocorrência. Rows: R\$ 15.524,04 (10/2/2006), R\$ 1.664,41 (10/2/2006)

Declaro ser ciente, ainda, em igual prazo, nos termos do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 1900-7, a multa que lhe foi aplicada por este Tribunal, com fundamento no art. 57, da Lei 8.443/92, no valor de R\$ 5.000,00.

Originou da dívida: intimação pessoal do objeto de que trata o Convênio nº 177/2004, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o Município de São Luiz de Araripe/AL, para execução de obras de pavimentação e de drenagem superficial de ruas no Bairro Castelo Branco e no Centro da referida municipalidade.

Caso não atendida a presente notificação, no prazo em foco, a responsável terá o nome inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), bem como será imediatamente executado judicialmente, perante o competente Juízo da Justiça Federal, na forma das arts. 19, 23 (inciso III, alínea M, 24 e 28 (inciso II) da Lei 8.443/92 e art. 319, incisos II e III, do RCTCU.

WALDEMIR PAULINO PASCHOLOTTO, Secretário

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CITAÇÃO

Paraná n. 312/2011, 326/2011, 06/2012, 113/2012 e 156/2012-00 - Processo n. 159.723/2006-13

Indicação: Ex-serviço ELIAS JOSÉ FERREIRA A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado pelo Portaria nº 312/2011, 326/2011, 06/2012, 113/2012 e 156/2012, do Senhor Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, publicadas, respectivamente, nos Boletins Administrativos nºs 168, de 21/08/2011; 178, de 16/09/2011; 14, de 15/01/2012, 80, de 26/04/2012 e 101, de 28/05/2012, para apurar existência de infração disciplinar, tendo em vista indícios de ocorrência de infração administrativa previstos pelo artigo 116, incisos II e III, e 117, inciso XV, da Lei 8.112/90, bem como no artigo II, da Lei 8.429/92, no âmbito do presente Processo nº 159.723/2006-13, em nome de todos e o ELIAS JOSÉ FERREIRA, ex-Serviço da Câmara dos Deputados, que não compareceu, em seu termo legal, ao ato de referência Processo Administrativo Disciplinar em que foi INDICADO, nos termos do art. 101 da Lei nº 8.112/90, pela violação dos deveres funcionais previstos nos artigos 116, incisos II e III, e 117, inciso XV, da Lei 8.112/90, bem como no artigo II, caput, da Lei 8.429/92, conforme Termo de Indicação constante do processo em apreço.

Assim, constatada das autos que se encontra em local incerto e rito carente, tem o Senhor ELIAS JOSÉ FERREIRA, pelo presente edital, CITADO para, no prazo de quinze (15) dias, contados na forma do art. 236 da Lei nº 8.112/90, sob pena de revelia, apresentar, pessoalmente o art. 163, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, DEFESA ESCRITA, com indicação de exemplares que lhe são atribuídos, sendo, para tanto, serem os respectivos autos em sede desta Comissão, situada no Sítio de Associação Jurídica da Quarta-Secretaria, localizada no Edifício Principal da Câmara dos Deputados,

telefones (061) 3215-6368 e 3215-6601, neste Distrito Federal, com o Secretário da Comissão, durante o expediente ordinário da Câmara dos Deputados (2ª e 4ª turmas - 9h às 13h e 13h30min às 18h30min).

Brasília, DF, 12 de junho de 2012 MARILINDA CARREIRO MATOS

SENADO FEDERAL

1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio nº: 57 - 225/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de SANTOS - SP. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador MANOEL CONSTANTINO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de SANTOS - SP

ESPÉCIE: Convênio nº: 60 - 246/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de VILHENA - RO. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador ANTONIO MARCO DE ALBUQUERQUE, Presidente da Câmara Municipal de VILHENA - RO.

ESPÉCIE: Convênio nº: MG1 - 050/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de ITUBAMA - MG. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador JAMLIARID FRANKSOTO DE ANDRADE, Presidente da Câmara Municipal de ITUBAMA - MG

ESPÉCIE: Convênio nº: CE - 257/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de SOBRAL - CE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador JOÃO ALBERTO ADELMARO DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal de SOBRAL - CE.

ESPÉCIE: Convênio nº: PA - 240/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de BUCUNDIÃO - PA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador JOÃO LUIZ OLIVEIRA BORGES, Presidente da Câmara Municipal de BUCUNDIÃO - PA.

ESPÉCIE: Convênio nº: RJ - 248/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de MENDES - RJ. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador HUBERT CARLOS MOREIRA, Presidente da Câmara Municipal de MENDES - RJ.

ESPÉCIE: Convênio nº: SC - 249/2012 - INTERLEIÇÕES, celebrado entre a Secretaria Especial de Inteligência e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Inteligência II e a Câmara Municipal de RIO DO SUL - SC. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Inteligência II, MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Clevo Lacerda - Primeiro Secretário, Pelo Convênio, Vereador JOÃO LUIZ OLIVEIRA BORGES, Presidente da Câmara Municipal de BUCUNDIÃO - PA.